

ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 09-10-2019.

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Mônica Leal, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 209/19 (Processo nº 0460/19), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Resolução nº 040/19 (Processo nº 0474/19), de autoria de Mauro Pinheiro. Também, foi apregoado o Processo SEI nº 155.00068/2019-43, por meio do qual é autorizada Representação Externa de Engº Comassetto, nos dias dez e onze de outubro do corrente, na audiência pública “Fibromialgia em Questão”, em Brasília – DF. A seguir, foram apregoados Requerimentos de autoria de Cassiá Carpes e Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde, respectivamente, no dia dois de outubro e nos dias nove e dez de outubro do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Alvoni Medina, Adeli Sell e Prof. Alex Fraga. Em continuidade, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, constatando-se a inexistência de quórum deliberativo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 077 e 195/19 e o Projeto de Resolução nº 038/19; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 019/19. Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 2 de outubro de 2019.

O Ver. Airto Ferronato solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 9 a 10 de outubro de 2019.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores; eu abordei aqui na segunda-feira, rapidamente, a questão de um contrato que está sendo feito na área da saúde no Município de Porto Alegre, sobre duas UPAs, a

da Lomba do Pinheiro e a da Bom Jesus, um contrato que teve um acréscimo de R\$ 48 milhões em cinco anos. Foram R\$ 48 milhões a mais no contrato, porque o critério usado na licitação que privilegiou uma empresa que foi afastada pelo Judiciário porque ela entregou, após o término do edital, os seus documentos, era 70% de técnica e 30% de preço; então a empresa usou o critério maior de R\$ 48 milhões, sendo que, com o aumento do IPTU, a Prefeitura irá arrecadar R\$ 68 milhões. Então, dos R\$ 68 milhões de IPTU que irá arrecadar, R\$ 48 milhões irão para essa empresa que quer administrar às duas UPAs de Porto Alegre. Só que a justiça mandou tirar essa empresa da disputa, desqualificou essa empresa da disputa, e até agora a Prefeitura não tomou as providências. E pasmem, um funcionário do jurídico da Secretaria da Saúde, Sr. Mateus Carvalho, orientou o governo a assinar um contrato com a empresa que a justiça afastou; está orientando a Secretaria da Saúde, orientando o governo, o Sr. Mateus Carvalho, a assinar. Deve ter sido a mesma pessoa que orientou o secretário a receber os documentos após findar o edital; deve ser a mesma pessoa que não quer chamar as outras empresas; deve ser a pessoa que não toma as providências necessárias para os postos de saúde que já estão fechados em Porto Alegre. O Sr. Mateus tem que dar os esclarecimentos por que quer e insisti tanto que o governo assine com uma empresa que a justiça desqualificou. A justiça desqualificou porque ela entregou os documentos após os prazos, foi isso! Eu não estou aqui defendendo A, B ou C, estou aqui defendendo que a saúde de Porto Alegre tem que funcionar. E que o governo, que alega que irá terceirizar esses postos para uma organização da sociedade civil para poupar dinheiro, de fato, tenha que poupar dinheiro, não contratar uma empresa que irá gastar R\$ 48 milhões a mais e irá comprometer R\$ 48 milhões dos R\$ 68 milhões do IPTU, que irá entrar nos cofres públicos. É incabível uma empresa que tem centenas de denúncias na justiça, uma empresa que pode levar o sistema de saúde de duas UPAs importantes, na cidade de Porto Alegre, a ficarem inoperantes, porque essa empresa já fez isso em Florianópolis, já fez isso em outras cidades. A empresa alega que esses R\$ 48 milhões que cobra a mais é por que irá assinar a carteira dos médicos. Olhem bem: assinar as carteiras dos médicos. Somente no Conselho Regional de Medicina tem mais de 10 mil médicos como pessoas jurídicas. Médico não quer assinar carteira em lugar nenhum! Eu venho de entidades sindicais em que vários médicos são pessoas jurídicas, eles não querem assinar carteira. A alegação da empresa para pegar R\$ 48 milhões do Município é por que vai assinar as carteiras dos médicos, ou seja, o Município será parceiro. O Município que quer passar para uma empresa a gestão da saúde para não ter responsabilidade sobre a contratação de funcionários, será parceiro na contratação dos médicos, que é o mais alto na contratação de pessoas. Alguma coisa não fecha e o Sr. Mateus deve explicação à população de Porto Alegre, principalmente aos pedidos de informações que eu fiz. Tenho certeza absoluta de que o senhor prefeito não sabe disso, nem a maioria dos vereadores e muito menos o secretário. O secretário não iria permitir que uma empresa adentrasse documentos após findar a licitação, ele não iria permitir que não chamasse a segunda, a terceira, a quarta, a quinta, seja lá qual fosse a empresa, esperando ser decidido o recurso dessa empresa na justiça, conforme orientação do Sr. Mateus. O Sr. Mateus tem que explicar por que não mandou chamar as outras empresas,

está aguardando as decisões do Tribunal, está aguardando as decisões judiciais para que essa empresa...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta da Casa, Ver.^a Mônica; colegas vereadores, vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Em nome da nossa bancada, do Ver. Adeli Sell, do Ver. Marcelo, do Ver. Comassetto e deste vereador, nós queremos nos solidarizar com todos os trabalhadores do IMESF que hoje entraram em greve, por um motivo muito preocupante. Esse motivo preocupante é porque o prefeito disse para eles que vai demiti-los, porque o prefeito disse a eles que, em 30, 60 dias, vai dar aviso-prévio, vai indenizá-los. O prefeito tinha que abrir o diálogo, é isso que a categoria dos diversos sindicatos da área da saúde pede: diálogo! Vamos sentar para conversar. Foi encaminhado aqui, criado pelo GT com a COSMAM, na audiência pública que teve semana retrasada, que a própria Presidenta mandaria um convite ao prefeito para ele vir à Casa. O prefeito não respondeu à Presidenta, respondeu para a COSMAM. O prefeito virá com uma solução para o problema ou vai dizer o que ele tem dito até agora, que vai terceirizar, demitir os trabalhadores? E como ele vai dar assistência à população de Porto Alegre?

Nós queremos dizer ao prefeito que ele está convidado, o secretário municipal de saúde está convidado, para amanhã, às 10h, aqui no plenarinho, participar da reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Estratégia de Saúde da Família, a qual eu presido. O Ministério Público do Trabalho e o Tribunal de Contas estarão dizendo ao gestor municipal, para que ele perceba e não caia no erro grosseiro de não obedecer ou não legitimar o TAC, o Termo de Ajustamento de Conduta, realizado em 2007. Ele não pode demitir os servidores; se ele vier a demitir os servidores, ele terá que pagar uma multa altíssima. E mais do que isso: ele não pode terceirizar, por força da lei, somente em serviços complementares, que não é o caso, mas ele insiste que vai contratar, emergencialmente, uma empresa, uma ONG, uma OSCIP, para poder fazer a gestão. Não pode fazer isso, prefeito Marchezan! V. Exa. pode cair inclusive em improbidade administrativa. A Câmara de Vereadores tem a obrigação de alertar o Poder Executivo e chamar para o diálogo, para a compreensão, para o respeito aos órgãos de controle. Porque quem está dizendo isso são eles. Não faça isso, respeite as mais de 1.840 famílias que são os trabalhadores do IMESF. Respeite a população que é atendida por esses servidores, são mais de 800 mil pessoas em Porto Alegre. Respeite a Câmara porque não estamos obrigando, estamos dizendo que, por força da lei, o senhor tem que obedecê-la. Por isso, Ver. Goulart, o apelo é incessante. Já passaram 15 dias e o

governo continua dizendo a mesma coisa: nada, nada! E aí, os agravos podem sair amanhã do Supremo e ele vai ter que resolver. Porque enquanto não saem os agravos, obviamente existe o IMESF. Não há necessidade de demitir, portanto ele tem tempo para essa migração dentro da lei, ele pode criar uma coordenadoria dentro da Secretaria Municipal da Saúde para absorver esse serviço. Existe a Emenda Constitucional nº 51 que garante a estabilidade desses servidores que já fizeram prova seletiva, portanto, já houve um concurso. E por força de lei federal, os governos municipais têm que absorver os trabalhadores, não é só em Porto Alegre. Não pode demitir, nobre prefeito! Vamos respeitar o Legislativo e venha para o diálogo! Nós queremos conversar contigo, principalmente as entidades que hoje entregaram documentos novamente à Presidenta para que o prefeito venha novamente à Câmara para conversar, ou então que abra um espaço de diálogo com as entidades e com a Câmara Municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, fiz questão de usar este espaço aqui porque se não usarmos este espaço não vamos ter Ordem do Dia. Essa é a nossa realidade. Nós não temos hoje, aqui, ainda 19 parlamentares. Mas nós estamos aqui, Ver. Robaina. Já está registrado no painel quem está presente aqui. Seria muito ruim para nós, numa quarta-feira, não termos, no mínimo, 19 vereadores presentes para começarmos a apreciar a Ordem do Dia, onde temos três vetos em relação ao IPTU – emendas que foram vetadas pelo prefeito – e seria uma boa oportunidade de nós sabermos a profundidade dessas emendas.

Antecedeu-me aqui o Ver. Oliboni e é bom a gente sempre citar como é que se deu essa questão do IMESF, Ver. Dr. Goulart, para a sociedade entender como é complexa a política brasileira. Às vezes, os sindicatos, no meio do caminho, se atrapalham. Há vários anos, vários sindicatos, Ver. Wambert, comandados pela CUT, entraram no Supremo para terminar com o IMESF, que era inconstitucional, que era ilegal. Não é que agora, há pouco tempo, conseguiram? E isso ocasionou essa possível demissão de mais de 1.800 pessoas. E nós todos aqui estamos a favor deles, mas temos que dizer para a sociedade como é que começou essa história. Coincidência, e a vida dá tantas voltas, Ver. Dr. Goulart, os sindicatos agora estão incriminando o prefeito porque vai demitir 1.800 pessoas. Os mesmos que causaram a tragédia para 1.800 pessoas, agora, estão se fazendo de vítimas. Então, a gente tem de dizer que a Câmara não tem nada a ver com isso, mas está a favor dos funcionários. Eu tenho certeza de que a maioria absoluta vai ficar. Agora, por outro lado, nós temos de exigir, cada vez mais, aqui do plenário, que essa situação seja resolvida pela Prefeitura Municipal. Isso é verdade, Ver. Freitas. Tem de resolver, sim, mais cedo ou mais tarde. Ontem, eu fui numa reunião do meu bairro, Teresópolis, e estava lá o Orçamento Participativo e vários órgãos da Prefeitura. Se tu perguntares para eles quantos serão demitidos, não sabem.

Quais os postos de saúde vão fechar na cidade? Não sabem. Quais os que vão ficar? Não sabem. Quando vai ter o acordo para que nós possamos, e é o que a Prefeitura está dizendo para o início do ano que vem, estar com a situação regularizada? São famílias, são 1.800 famílias que estão esperando por uma decisão. A saúde não pode esperar, a saúde tem de ter decisão urgente. É por isso que as pesquisas de ontem já mostraram as rejeições. Se vocês pegarem os mais rejeitados, eles são ou negligentes ou polêmicos, e muita gente gosta da polêmica e não faz nada. Consequentemente, são os que vão perder. A população quer ações que devolvam à sociedade aquilo que ela paga de impostos.

Então, essa é a realidade. Por que o IMESF está nessa situação? Porque a CUT, com dezenas de sindicatos, inclusive com o da Câmara Municipal, entrou no Supremo para terminar com o IMESF que era ilegal, que era inconstitucional. E não é que agora aconteceu. Só que, agora, esses mesmos sindicatos estão incriminando o prefeito e todo mundo, vindo à Câmara, e, quem sabe, em seguida, vão achar que nós temos culpa também, porque eles criaram uma situação ridícula. Não dá para ter sindicato assim, irresponsável! Não dá! É por isso que o Brasil está nessa situação. É muito sindicato, muito dinheiro correndo, e muita sem-vergonhice. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Sra. Presidente; nobres vereadores; pessoas que se encontram nas galerias e que nos assistem pela TVCâmara; somente vim trazer alguns descontentamentos das pessoas que foram votar no Conselho Tutelar neste final de semana em vários bairros da cidade de Porto Alegre, principalmente na Zona Norte, onde eu vi, Presidente Mônica, um desrespeito das pessoas que organizaram o processo de votação, pois não se importaram com as pessoas idosas, não se importaram com as pessoas com deficiência física, não deram a mínima de encontrar lugares que dessem condições para essas pessoas irem votar, trocaram lugares de votação de bairros para lugares muito distantes, onde as pessoas não tinham condições de ir até o local de votação e não tinha nenhum tipo de fiscalização em lugar nenhum por parte de quem organizou a votação. Um desrespeito com as pessoas que moram em Porto Alegre, com as pessoas que votam. Parece que o Conselho Tutelar não tem valor nenhum, não tem o mínimo respeito. As pessoas que organizaram não respeitam as pessoas de Porto Alegre, mais de 1,5 milhão de habitantes. Eu não sei quem é o responsável, quem organizou e não olhou para a acessibilidade. Rasgaram o Estatuto do Idoso, Sra. Presidente, rasgaram o Estatuto da Pessoa com deficiência, porque não tinha acessibilidade onde as pessoas foram votar. Fui no Colégio Mesquita, ali na Av. do Forte, e o elevador estava desligado, os funcionários não deram a mínima às pessoas que estavam lá trabalhando para colocar o elevador em funcionamento.

Cheguei às 15h30min para votar, tive que pedir para a pessoa que estava cuidando para ligar o elevador. Quer dizer, quase no final da tarde, o elevador estava funcionando, tinha condições desde a manhã, mas não deram a mínima importância. No Colégio Liberato Salzano a urna de votação ficou das 8h30min até as 10h30min abandonada porque não tinha ninguém lá, não tinha ninguém para substituir, as pessoas tiveram que ir embora sem poder votar. Então a gente vê o desrespeito com as pessoas que votam. Não deram a mínima. Eu queria saber quem organizou, se foi a Prefeitura, se foi o TRE, que não deu a mínima, não viu a acessibilidade. Eu espero que alguém, que o governo, que nossos secretários, que, de repente, cuidaram, que eles pudessem olhar mais, com respeito, com educação, principalmente, para os nossos idosos e as pessoas com deficiência. Era isso que eu queria deixar registrado aqui, Sra. Presidente, Ver. Mônica Leal. Obrigado, Srs. Vereadores, mas é uma vergonha.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Ver. Roberto Robaina, bancadas do PSOL e do PT por me colocarem aqui para falar neste período. Eu quero esclarecer ao meu colega querido, Alvoni Medina, que quem coordena a eleição do Conselho Tutelar é Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O TRE cede as urnas, mas a estruturação, as pessoas que estavam ali, ou são servidores públicos de carreira ou são cargos de confiança. Portanto a responsabilidade pelos atrasos, pela falta de urna, pela falta de acessibilidade, chama-se Prefeitura Municipal de Porto Alegre, esta gestão, ponto final.

Eu, caríssimo Robaina, venho aqui também para colocar algumas questões que não posso me furtar. Ontem, houve uma reunião da Comissão de Economia Finanças e Orçamento. Eu, primeiramente, fui cumprir as minhas obrigações na Comissão de Constituição e Justiça, depois vim aqui e soube das barbaridades, das coisas esdrúxulas faladas pelo secretário Thiago. Mostra que ele não conhece Porto Alegre, é um cidadão ignorante sobre o Mercado Público, além de ser um ignorante na questão da legislação e pior do que isso, ele é relapso por não ter buscado uma assessoria jurídica adequada para colocar esse PMI – Procedimento de Manifestação das Empresas, no *site* da Prefeitura, que caiu inúmeras vezes, e a gente teve dificuldade de acessar. É uma vergonha o que está acontecendo em relação a este particular: o Mercado Público de Porto Alegre. Isso mostra que este governo não quer fazer a coisa certa. Ainda bem que eu fui a uma atividade na segunda de noite – lá estavam mais dois ou três vereadores – e ouvi atentamente a fala do prefeito municipal. Ele disse clara e objetivamente a quem abre os ouvidos que vai colocar os R\$ 45 milhões que entrariam do Mercado para fazer obras viárias na cidade. Agora, ainda hoje, eu li que, na questão do fundo para onde virão algumas verbas, que é o fundo de mobilidade, ele também fala em utilizar para fazer calçamento. Ele fez, evidentemente, um agrado aos empresários

da área da construção pesada e alardeia isso aos quatro ventos, porque é candidatíssimo à reeleição. Depois, vem nos acusar quando não concordamos com as barbaridades que vêm do governo, como se nós tivéssemos uma postura eleitoreira, como dizem sistematicamente aqui a respeito da CPI, que é coordenada pelo Ver. Roberto Robaina – por sinal, amanhã, às 10h, estaremos aqui atentos para acompanhar os trabalhos da nossa CPI.

Ademais, eu quero colocar aqui uma preocupação que o Ver. Oliboni e o Ver. Cláudio Janta já colocaram, especialmente sobre as contratualizações. Essa questão que o Janta levantou é de uma gravidade muito grande. Eu não sei quem sabe, eu não sei quem não sabe, eu só sei que eu sei e que nós sabemos que o que está sendo feito não é só errado, mas ilegal, e nós tomaremos todas – absolutamente todas! – as medidas cabíveis.

Eu não posso concluir esta fala hoje aqui sem dizer que nós, por um triz, por um segundo, salvamos o quórum no início da sessão, tendo 12 vereadores. Caso não dê quórum na sessão de hoje, a responsabilidade não é nossa, porque os vereadores do PT e do PSOL estavam aqui e ajudaram a dar quórum. Se nós fizéssemos o que, às vezes, a base do governo faz, nós teríamos ficado ali olhando de cocheira e não teríamos apertado a nossa presença, mas nós estávamos aqui, estamos aqui, estamos para trabalhar e hoje vamos discutir o veto do IPTU, que, inclusive, tem uma relatoria minha. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu falo em tempo de liderança do meu partido, o PSOL, uso a tribuna em nome dos colegas de bancada, os vereadores Roberto Robaina e Karen Santos.

Nós tivemos, no último domingo, como referido anteriormente pelo Ver. Alvoní Medina, a eleição para os conselheiros tutelares que prestarão o seu trabalho à nossa sociedade, em especial às nossas crianças e adolescentes, durante os próximos quatro anos. Eu gostaria, em nome da minha bancada, parabenizar a todos os conselheiros e conselheiras eleitos, que desempenhem um bom trabalho, mas que, lembrem-se, os conselheiros tutelares estão acima de governo, acima do executivo, acima do legislativo, sendo a sua maior atribuição garantir que não sejam desrespeitados os direitos das crianças e dos adolescentes. O direito à educação, o direito à integridade física, o direito à integridade moral; não à violência, não aos abusos. Portanto, este é um órgão importantíssimo para a garantia do que é mais sensível à nossa sociedade, que é o direito das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Parabéns a todos os eleitos. Nós, como Câmara de Vereadores, devemos ser parceiros e nos colocar à disposição esses órgãos, porque, quem na sociedade está acompanhando percebe que houve, nos últimos anos, um desmonte dessas estruturas.

Conselhos Tutelares, como o conselho da microrregião centro, que tiveram os seus cabos de energia elétrica furtados e ficaram meses sem energia elétrica. Meses! Recebendo as pessoas sem poder utilizar terminais de computadores, tendo que se deslocar para outros órgãos da Prefeitura para poder registrar as ocorrências e encaminhar as demandas da população. Não tinham sequer luz para acionarem os equipamentos elétricos, o micro-ondas para aquecer uma mamadeira para uma criança conduzida até o estabelecimento pela sua mãe. Portanto, é obrigação do Executivo desta cidade, seja ele de qual partido for, garantir as plenas condições para que os conselheiros tutelares possam atuar de forma eficaz para garantir o que nós precisamos, que é um bom futuro para as nossas crianças, um bom futuro para os nossos adolescentes. Esse órgão supera questões políticas, questões ideológicas, questões de crença, questões raciais e, obviamente, questões partidárias, porque são pessoas que têm uma responsabilidade muito grande para com a nossa cidade e o futuro da nossa Porto Alegre. Essa era a primeira parte do recado, que eu gostaria de dar, parabenizando, então, novamente, todos os conselheiros e conselheiras eleitos. Estaremos aqui, na Câmara, atentos a todas as demandas que vierem desses órgãos, das dez microrregiões espalhadas pela nossa cidade. Nós também temos responsabilidade com relação a esse setor da população. Eu gostaria de finalizar a minha fala destacando um bom debate que nós tivemos na noite de ontem pela Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre, a Atempa, aqui no Centro, onde os colegas professores debateram os encaminhamentos a respeito do projeto de lei que tramita nesta Casa Legislativa sobre a mudança da legislação dos diretores e das diretoras das nossas escolas. Nós precisamos de algumas modificações, mas precisamos debater, de forma muito séria e consciente, todas as alterações propostas pela Secretaria Municipal de Educação. O que ficou evidente na fala de alguns participantes dessa reunião é que a categoria está disposta a dialogar, está disposta a discutir, mas que não pode aceitar autoritarismo. Estamos abertos para conversarmos, e a Câmara, agora, é o local para que isso aconteça. Pedimos envolvimento de todas as bancadas e todos os vereadores e vereadoras para discutir as alterações do processo eleitoral para a escolha dos diretores e diretoras das nossas escolas. Uma boa-tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quatorze vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0154/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 077/19, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que institui a padronização da Carteira de Identificação do Paciente Bariátrico e define regras para a sua emissão.

PROC. Nº 0427/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 195/19, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Coremas o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco A – Vila São Francisco –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 0461/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 038/19 de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que concede a Comenda Porto do Sol ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Sul.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0489/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 019/19, que autoriza a Companhia Carris Porto-Alegrense (Carris) a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, com a garantia do Poder Executivo Municipal, até o valor de R\$ 40.900.000,00 (quarenta milhões e novecentos mil reais) e dá outras providências.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 14h55min.)

* * * * *